

A biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidades do MEC: uma análise preliminar

Nirlei Maria Oliveira¹

Objetiva provocar reflexões e levantar questões sobre os padrões de qualidade estabelecidos pelas comissões de especialistas do Ministério da Educação e Cultura - MEC - e suas implicações nas bibliotecas das instituições de ensino superior. Foram analisados 47 padrões de qualidade, a partir dos itens de avaliação para bibliotecas de cada curso. Os resultados mostraram heterogeneidade entre os instrumentos de avaliação, além de permitirem identificar equívocos e exigências que causam impactos na gestão da coleção e nos serviços prestados.

Palavras-chave: Biblioteca; Padrões de qualidade; Instituições de ensino superior; Avaliação

207

Recebido em 16.04.2002 - Aceito em 09.09.2002

Introdução

A qualidade e a avaliação do ensino encontram-se referenciadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394, de 23.12.1996, e na Constituição Federal de 1998, que estabelecem que o ensino será ministrado com base, dentre outros, no princípio de garantia do padrão de qualidade. Outros pressupostos legais de cunho avaliativos foram também criados, como o decreto 2.026, de 10.10.1996, que estabelece procedimentos para avaliação dos cursos e instituições, centrados em: desempenho global do sistema nacional de ensino superior, avaliação de desempenho individual das Instituições de Ensino Superior – IES -, avaliação do ensino dos cursos de graduação por meio das condições de oferta e dos resultados do Exame Nacional de Cursos e avaliação dos programas de mestrado e doutorado.

Os principais aparatos legais demonstram a preocupação do MEC com a construção de um sistema de avaliação da qualidade do ensino. Para as IES, a convivência com as inúmeras formas de avaliação, comissões verificadoras, critérios e procedimentos, por vezes com superposição de funções e atribuições, trazem impactos, discordância e mudanças. Por sua vez, é inegável que as IES necessitam apropriar-se desta nova realidade, pois avaliar e ser avaliado é condição de sobrevivência em um mercado educacional cada vez mais competitivo.

Por um lado, as IES estão pressionadas, mediante exigências impostas pelas normas legais, a realizar avaliações e garantir qualidade com a incorporação de processos modernos de gestão e de uma infra-estrutura adequada. Por outro lado,

¹ Mestra em Biblioteconomia, Bibliotecária – CREUPI nmoliveira@uol.com.br / bibmail@creupi.br.

estão pressionadas, pelos concorrentes, a buscar profissionalização da gestão e a incorporar processos de tomada de decisão ágeis e prospectivos. Finalmente, são questionadas pela sociedade em geral que, cada vez mais organizada e consciente de seus direitos, exige o reexame de muitos valores, especialmente daqueles que sustentam a elaboração de um ensino compatível com essa realidade.

Nesse contexto, a cultura da avaliação começa a ser implantada nas instituições, e o resultado é uma mudança na postura das IES em relação às avaliações realizadas por parte do MEC; isto se traduz pela intensificação da capacitação docente, contratação de mestres e doutores, investimentos em infraestrutura, laboratórios, biblioteca etc. Nas bibliotecas, grandes mudanças têm sido implementadas e, conseqüentemente, tem-se demandado investimentos constantes das IES, em função de políticas internas, ou, na sua maioria, por pressão dos processos avaliativos, em que condições da biblioteca têm grande peso na pontuação do item infra-estrutura.

A biblioteca no contexto das instituições de ensino superior

As bibliotecas das IES tem por missão o suporte de suas atividades; sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão. Desta forma, deve-se priorizar recursos informacionais, infra-estrutura e serviços adequados para a(s) atividade(s) definida(s) por cada IES. Contudo, é necessário que se tenha em mente que a biblioteca encontra-se num momento de mudanças, tendo como novo modelo a biblioteca digital e as mudanças advindas deste novo paradigma. Para CUNHA (2000) "...o conceito de biblioteca digital representa um processo gradual e evolutivo como resultado da utilização do computador de forma crescente nas últimas décadas."

Além de se considerar a mudança de paradigma de biblioteca tradicional para biblioteca digital, há a necessidade do entendimento da definição de cada tipologia de IES, pois só assim se pode avaliar e dimensionar a biblioteca e sua infra-estrutura. O Decreto 3.860/2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, classifica as IES quanto à sua organização acadêmica em:

Universidade - caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, devendo manter programas de mestrado e/ou de doutorado;

Universidades especializadas - organizadas por campo do saber, nas quais deverá ser assegurada a existência de atividades de ensino e pesquisa em áreas básicas e aplicadas;

Centros universitários - são instituições pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas de conhecimento, que devem oferecer ensino de excelência, comprovadas pelo desempenho dos cursos, qualificação do corpo docente e condições de trabalho acadêmico;

Centros universitários especializados - deverão atuar numa área de conhecimento específico ou de formação profissional, resguardadas as mesmas condições do item acima;

Centros de educação tecnológica - instituições especializadas de educação profissional, públicas ou privadas, com a finalidade de qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, e realizar

pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estrita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada;

Faculdades integradas, Faculdades - são instituições com propostas curriculares em mais de um área do conhecimento, organizada para atuar com regimento comum e comando unificado.

Institutos superiores ou Escolas superiores - instituições de caráter profissional que visam à formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica.

Para CAVALCANTE (2000, p.21), "enquanto nos textos legais encontramos referências e definições sobre Universidades, Centros universitários e Centros de Educação Tecnológica, o mesmo não ocorre em relação a Faculdades, Institutos Superiores ou Escolas Superiores." Entende-se que essas instituições sejam voltadas predominante para o ensino, tendo em vista que a obrigatoriedade da pesquisa refere-se às universidades.

As definições legais estabelecem os limites, as possibilidades de atuação e rumos para a estruturação de cada instituição. As bibliotecas teriam as definições legais das IES como marcos de referência para definirem seus escopos de atuação e características. As peculiaridades de cada biblioteca de IES podem ser visualizadas no QUAD. 1.

Estas classificações marcam a identidade e singularizam cada tipo de biblioteca de IES. Tradicionalmente, entende-se a biblioteca universitária como a única referência para todas as bibliotecas de IES. Isto posto, em termos de ensino de biblioteconomia, tanto quanto para os referenciais para avaliação adotados pelo MEC. O Decreto

209

QUADRO 1 - Caracterização de bibliotecas de IES

Classificação	Referência para atuação		
	Pesquisa	Ensino	Extensão
Biblioteca Universitária			
Biblioteca Universitária Especializada	Ensino em determinada área do conhecimento	Pesquisa em determinada área do conhecimento	
Biblioteca Centros Universitários	Ensino de excelência		
Biblioteca Centro Universitários Especializados	Ensino de excelência em determinada área do conhecimento ou formação Profissional		
Biblioteca Fac. Integradas, Faculdades, Institutos superiores	Ensino - formação Educação básica		
Bibliotecas de Centro de Educação Tecnológica	Ensino profissionalizante, Educação continuada		

Fonte: elaborado a partir das definições de das IES contidas no Decreto de 3.860/2001

3.860/2001 distingue as IES e suas características, devendo-se rever conceitos e denominações das bibliotecas de IES. Por exemplo, a missão de uma biblioteca de universidade difere da biblioteca de uma faculdade, que, por sua vez, difere da de uma biblioteca de centro universitário, nas exigências que estas devem atender.

A distinção entre as diferentes tipologias de IES, e, por conseqüência, de suas respectivas bibliotecas, deve estar clara para avaliados e avaliadores, consistindo-se em um ponto decisivo, para uma avaliação justa e que realmente possa contribuir para o desenvolvimento e a qualidade das bibliotecas. De outra maneira, corre-se o risco de estimular no país a formação de bibliotecas destinadas a receber comissões, desvinculadas de realidade das IES, pois, invariavelmente, os padrões são genéricos e os olhares dos avaliadores trazem referenciais usualmente situados nas bibliotecas das IES públicas.

Com a distinção de cada tipo de biblioteca e de cada tipo de IES, surge a necessidade de indicadores que levem em consideração essas diferenças e a diversidade, sob pena de julgamentos indevidos e limitados por instrumentos de avaliação inadequados, como ocorre atualmente. A construção desses instrumentos deve se constituir em uma discussão abrangente com participação de partes interessadas, avaliados e avaliadores, e principalmente, com formação de grupos de diferentes tipos de IES de forma que possam construir instrumentos capazes de avaliar efetivamente e promover a qualidade nas bibliotecas, sem o risco de serem avaliadas por instrumentos estranhos e incoerentes para a área.

Biblioteca: avaliação e qualidade

Na literatura brasileira, a problemática dos padrões para bibliotecas universitárias tem, no trabalho de CARVALHO (1981), o pioneirismo em abordar a questão. Para a autora, *"os padrões servem como base para a análise e comparação de um caso (biblioteca) em particular com outros de mesma natureza e considerados como executores de serviços de alta qualidade"*. Destaque também se faz aos trabalhos de MIRANDA (1977), atentando para a necessidade do planejamento bibliotecário.

Da década de 70 até a atualidade, diversas questões, como qualidade nas bibliotecas de IES e indicadores de qualidade, foram apresentadas em publicações e eventos científicos. Com esta abordagem, tem-se os trabalhos que alertam para a necessidade de estabelecer a filosofia da qualidade nos serviços de informação como busca de uma gestão eficaz de recursos (BELUZZO e MACEDO 1993; BARBALHO, 1995; RAMOS, 1999).

Destaca-se o artigo de RAMOS (1999) no qual autora afirma que *"os padrões são instrumentos imprescindíveis de avaliação e de qualidade em bibliotecas universitárias."* A autora faz uma revisão da literatura sobre o tema e fornece relevante contribuição, apresentando padrões qualitativos, divididos em: missão e metas, coleção, organização, pessoal, serviços e orçamentos.

MONFASANI (2002) apresenta as principais normas em nível internacional, que indicam padrões para desempenho e mecanismo de avaliação de bibliotecas. Destaque se faz ao trabalho desenvolvido pela *American Library Association – ALA* -, através da *Association of College and Research Libraries – ACRL* -, com a publicação de normas e diretrizes para avaliação de desempenho de bibliotecas, e dos serviços

QUADRO 2 - Padrões de qualidade

ÁREA DO CONHECIMENTO	CURSOS
Ciências Exatas e da Terra	Matemática e Estatística, Física, Química, Computação e Informática, Geologia e Oceanografia
Ciências Biológicas	Ciências Biológicas
Ciências da Saúde	Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, Nutrição, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Educação Física, Terapia Ocupacional
Ciências Agrárias	Agronomia, Medicina Veterinária
Ciências Sociais Aplicadas	Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia, Economia Doméstica, Turismo, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Ciências da Informação, Cinema, Serviço Social, Jornalismo, Multimídia, Produção Editorial, Relações Públicas, Radialismo (Rádio e TV), Publicidade e Propaganda, Relações Internacionais, <i>Design</i>
Ciências Humanas	Pedagogia, Normal Superior, Filosofia, Teologia, História, Geografia, Psicologia
Linguística, Letras e Artes	Letras, Música, Artes Cênicas

A análise preliminar dos instrumentos revelam diferenças entre os padrões de qualidade elaborados pelas comissões de especialistas do MEC no que respeita a biblioteca. Por exemplo, enquanto algumas comissões apresentam padrões de qualidade com vários itens, especificando e quantificando cada um deles, outras apresentam padrões sucintos, que permitem flexibilidade aos avaliadores e avaliados. Os instrumentos são heterogêneos, mesmo dentro de uma mesma área do conhecimento, sem a preocupação de conceber um modelo de instrumento de avaliação que seja único para cursos afins.

Nos padrões de qualidade do MEC a biblioteca constitui-se em uma unidade de análise no item infra-estrutura e equipamentos dos cursos, o que demonstra sua avaliação somente como instalação e não com uma função acadêmica e pedagógica. São considerados os seguintes indicadores: acervo, área física, organização do acervo, formas de acesso, recursos humanos, informatização, produtos e serviços e política de atualização e expansão. Neste trabalho, pretende-se discutir alguns indicadores que, por suas discrepâncias e inconsistências, foram mais sugestivos para análise.

O acervo

Entende-se por acervo o conjunto de recursos informacionais registrados em qualquer tipo de suporte (impresso, meio eletrônico, imagens, áudio etc.) que compõem uma biblioteca. Nos documentos analisados, percebeu-se um tratamento simplificado dos suportes informacionais que possam vir a integrar o acervo. Conforme FIG.1, o suporte livro e periódicos é privilegiado por viver-se numa cultura do impresso, apesar de esta cultura estar em mudança, incorporando os recursos da Internet como uma poderosa fonte de informação.

Por outro lado, não se pode minimizar a relevância dos outros recursos que, atualmente, fazem parte do universo informacional. Desta forma, há que se considerar

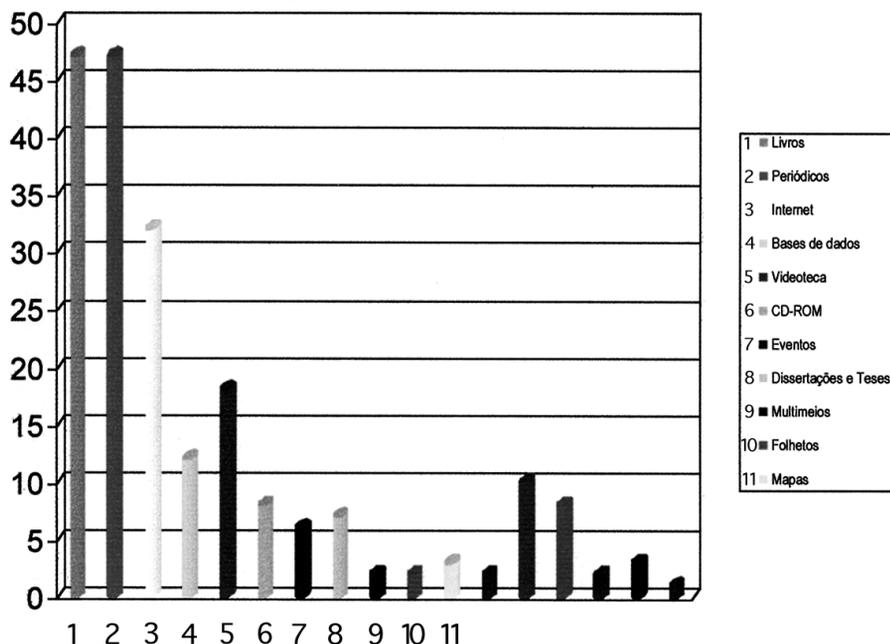


FIGURA 1 - Composição do acervo nos padrões de qualidade do MEC

que as tecnologias de informação facilitam e estão a modificar suportes, o acesso, a organização dos acervos, e a biblioteca deve acompanhar esta dinâmica.

Como exemplo destas mudanças, destaca-se a iniciativa da Universidade de Phoenix que lançou um programa piloto no qual a bibliografia do curso, exercícios, planos de aulas e atividades acadêmicas estarão disponíveis *online*, a um custo de US\$ 70 por aluno. Esta medida deverá afetar 95.000 estudantes nos Estados Unidos, e com a previsão da utilização dos livros eletrônicos por outras universidades do país (LOU, 2001). Iniciativa similar foi lançada no Brasil pela iEditora, que disponibiliza recursos para que as IES tenham acesso aos *coursepack*, livros eletrônicos que reúnem os materiais de cursos de forma consistente e padronizada, com todas as permissões de reprodução, propiciando diversos benefícios para professores, faculdades e alunos (EDITORA, 2001).

A opção por determinado tipo de suporte pode estar vinculada a características de produção da informação e à divulgação da mesma entre as áreas do conhecimento. Como exemplo, destaca-se que as exigências de recursos multimídia encontram-se mais fortemente presentes nos cursos de comunicação social do que em outros.

Independentemente das opções por suportes, a biblioteca não deve ser reduzida a estes, devendo contemplar uma variedade de informações com conteúdos pertinentes, disponíveis em qualquer outro meio. Além da redução do acervo aos itens acima apresentados, é interessante observar que o suporte eletrônico para livros e periódicos não está elencado. Contudo, as bibliotecas estão adotando este tipo de assinatura, em função das facilidades de acesso e para solucionar problemas com espaço para armazenamento. E mais, oferece às bibliotecas a opção de compartilhar estes recursos informacionais com bibliotecas de outras IES, minimizando custos e maximizando recursos. Para CUNHA (2001), "é o momento da integração crescente das fontes eletrônicas aos acervos e serviços existentes."

O acervo em números

Além da indicação do tipo de material para compor o acervo, algumas comissões de especialistas indicam, também, a quantidade de material necessário para submeter um curso à avaliação. A quantificação do acervo recai em livros, periódicos e videoteca. Os cursos de pedagogia, normal superior, ciências contábeis apresentam as quantidades de material necessário na biblioteca para os processos de autorização e de reconhecimento de cursos. O curso de direito faz referência à quantidade apenas para o processo de reconhecimento. Destaca-se que os padrões de qualidade para ciência da computação e administração acompanham a indicação de bibliografias para os mesmos, sendo que o curso de odontologia faz indicação de listagem de periódicos. Dos padrões analisados vinte e seis deles, é flexível neste item, solicitando informações sobre o acervo, não existindo parâmetros quantitativos; aponta para a necessidade de infra-estrutura e de títulos que atendam ao projeto pedagógico dos cursos.

As exigências das comissões de especialistas em relação à quantidade de material podem ser visualizadas no QUAD. 3.

214

As quantificações e as indicações de bibliografias por parte das comissões de especialistas auxiliam e constituem excelentes referências, mas não podem tornar-se camisa-de-força, incentivando a montagem de bibliotecas para as comissões, totalmente desvinculadas da realidade dos cursos. Desta forma, as comissões de especialistas denotam um poder e um controle sobre os cursos, impedindo a inovação e estimulando a estagnação e a realização de aquisições somente para efeito de aprovação. Assim, podem onerar as instituições, restringindo ainda mais os recursos que poderiam ser utilizados para aquisição de materiais mais apropriados e adequados para a realidade dos cursos em questão.

O uso da biblioteca como recurso de ensino-aprendizagem pode ser rico e estimulante para docentes e discentes. Neste sentido, o trabalho de orientação no uso do acervo, promovendo a autonomia no uso de fontes de informação, aliada ao estímulo e a implementação de atividades contempladas na programação dos cursos, cria uma relação de uso e percepção da real importância da biblioteca que pode ser mais eficiente para estimular o interesse dos alunos pela leitura do que a exigência de títulos na biblioteca, mas sem a devida vinculação com a proposta pedagógica do curso.

Percebe-se um desacordo total entre as exigências das comissões de especialistas neste item, que variam de 1.000 títulos a 10.000 títulos, sem deixar claro o porquê deste número e como será evidenciada a qualidade com estes padrões. A quantificação nem sempre é sinônimo de qualidade, de uso e de vinculação do acervo com o projeto pedagógico dos cursos. Concorda-se com NUBISCO (2002), quando afirma que

"... é possível observar como têm sido tratados a biblioteca e os elementos que a compõem: proposições vagas, desprovidas de descrições da sua abrangência, de padrões de qualidade e de indicadores de desempenho, dando margem a interpretações diversas ou a interpretação alguma, como ocorreu no passado e como ocorre ainda hoje com os instrumentos elaborados pelas diferentes Comissões de Especialistas do MEC."

Outro dado significativo e que auxilia na compreensão da quantificação está na identificação das áreas de ciências sociais aplicadas e humanas, que mantêm o livro

compõem o acervo pode, também, indicar a preservação do monopólio do conhecimento de cada área e os valores presentes nos diferentes campos do conhecimento.

Quanto à avaliação da coleção, concorda-se com CAGNOLI (2002), quando este afirma que "*a medida da excelência da biblioteca está no quanto os recursos e serviços apóiam as atividades de ensino-aprendizagem e pesquisa na IES.*" Para o autor, o mais importante é avaliar a qualidade da coleção; quantidade é somente um indicador de valoração. A avaliação não deve considerar a quantidade de volumes, mas quantos deles realmente servem. Para esta avaliação, o autor acima citado sugere os seguintes critérios:

Amplitude - a coleção deve cobrir todas os programas da IES.

Profundidade - não somente deve ter uma extensão horizontal, mas também profundidade, em todas as áreas pertinentes aos programas das IES, com diferentes orientações e pontos-de-vista.

Variiedade - tanto nos temas como nos suportes: impressos, audiovisuais e eletrônicos.

Atualidade - com certeza, a atualidade é relativa, está relacionada com as diferentes disciplinas e objeto de estudo. Assim, se avaliarmos a área de humanidades, não usaremos os mesmos critérios que para informática, administração ou medicina.

Relevância - a biblioteca deve contar, com uma coleção que cubra um amplo panorama de conhecimento. A mesma deve ser especialmente relevante aos programas de ensino e pesquisa da IES.

Equilíbrio - a coleção deve estar balanceada. Muitos professores são muito ativos em pedir livros, outros, nem tanto. Então a coleção cresce desproporcionalmente. Isto se relaciona com a relevância, sendo que algumas áreas podem não estar suficientemente cobertas.

Crescimento - tem a ver, obviamente, com o pressuposto e, indubitavelmente, com o lugar que a biblioteca ocupa nas prioridades da universidade. Quanto é o crescimento anual? Se a coleção não cresce, se não é relevante e nem atualizada, portanto, não está dando o apoio aos programas da IES.

Proporção: livros X alunos

Os padrões de qualidade para os cursos estabelecem a proporção de livros a ser adquirida por aluno, conforme QUAD. 5. Dos 47 cursos analisados, 22 apresentam o item relativo à proporção aluno/livro que deve ser adotada pelas bibliotecas das IES na aquisição da bibliografia para o curso. O curso de turismo indica a proporção de um livro para um grupo de 20 alunos e os cursos de farmácia, jornalismo e direito indicam a proporção de um livro para cada grupo de 10 alunos, e, no restante, a quantidade é de um livro para cada grupo de 15 alunos.

Deve-se ter sempre em mente que a proporção de material a ser adquirida é uma decisão das IES, que deverá estar explicitada na política de desenvolvimento de coleção da biblioteca, a qual manterá a coerência com o planejamento e recursos da instituição. A indicação deverá valer como sugestão e não como regra, pois a autonomia e o planejamento da instituição devem ser respeitados e entendidos na sua proposta. Para FRAUCHES (2001, p.38), "*essas interferências freqüentes das comissões de especialistas da SESU, no processo da oferta de cursos de graduação,*

provocam instabilidade e insegurança institucionais, desestabilizando qualquer planejamento ou gestão acadêmico-administrativa."

Para a gestão da coleção, esta indicação heterogênea nos padrões implica um crescimento, por sua vez, heterogêneo, com determinadas áreas sendo privilegiadas, em detrimento de outras, além de onerar as instituições, com aquisições somente para efeito de atendimento às exigências do MEC, desvinculado de sua utilização real e da proposta pedagógica do curso. Nas palavras de NUBISCO (2002) *"a literatura especializada e a prática têm demonstrado que a maior precisão de um processo avaliativo depende, dentre outros, de elementos como comparação com congêneres, de aplicação de padrões e análise relacional entre os indicadores."*

QUADRO 5- Proporção livros X alunos

Cursos	Proporção
Fisioterapia	Atender 30% dos alunos por disciplina
Farmácia, Direito	1 livro para cada 10 alunos
Enfermagem, Medicina, Música, Agronomia, Administração, Comunicação Social, Ciência da Informação, Serviço Social, Computação e Informática, Ciências Contábeis, Cinema, Jornalismo, Multimídia, Produção Editorial, Relações públicas, Radialismo (Rádio e TV), Publicidade e Propaganda	1 livro para cada 15 alunos
Turismo/Hotelaria	1 livro para cada 15 alunos para autorização 1 livro para cada 20 alunos para reconhecimento

217

Periódicos e as variações terminológicas

No item periódicos, existe uma grande confusão em relação à terminologia. Na análise dos padrões de qualidade, encontram-se os seguintes termos: *periódicos, periódicos/revistas, periódicos especializados, periódicos genéricos, jornais, revistas, periódicos científicos, revistas de informação geral e revistas especializadas.*

Verifica-se o uso das variações dos termos, sem, entretanto, deixar claro o que significa cada um deles, bem como sem exemplificar quais publicações podem ser consideradas periódicos, revistas acadêmicas etc. São terminologias com significações diferentes para cada um dos grupos de profissionais (comissões de especialistas e bibliotecários) e que podem gerar interpretações e resultados divergentes no processo de avaliação. Ocorre que esta variação terminológica é apresentada no mesmo instrumento, o que torna mais difícil atender a esta exigência, além de gerar conflito na interpretação do que pode ser cada uma das publicações solicitadas. Para exemplificar,

destaca os padrões para o curso de jornalismo que solicita a lista de periódicos na área de comunicação social e jornalismo, logo após periódicos de informação geral e especializados.

Uma possível solução seria a adoção da classificação elaborada pelos autores ORTEGA; FÁVERO; GARCIA (1998), que propõem uma classificação em função da diversidade dos tipos de periódicos existentes, o que poderia facilitar o trabalho de avaliadores e bibliotecários, tornando fácil o entendimento das exigências e solicitações baseadas neste modelo. Nas palavras dos autores: "*os periódicos científicos são publicações periódicas ou seriadas, direta ou indiretamente vinculados às IES e caracterizam-se pela veiculação do conhecimento, sejam eles gerais ou especializados*". Ainda segundo os autores, a categoria periódicos genéricos, de ampla circulação, caracteriza-se como publicação de determinada área do conhecimento mais voltada para um público amplo, às vezes vendida em bancas de jornal; já os periódicos genéricos, de circulação restrita, normalmente são publicados por órgãos governamentais, sindicatos, associações de classe etc. Os periódicos referenciais são publicações que indexam periódicos de determinada área e são fontes de pesquisa e consulta. Para os grupos de avaliados e avaliadores, a utilização de uma linguagem comum poderia ajudar nessa questão e facilitar a compreensão das solicitações das comissões.

218

Organização do acervo e do espaço físico

Na análise dos padrões, percebe-se uma preocupação muito grande com a existência ou previsão de espaços para leitura em grupo e individual. Tradicionalmente, as bibliotecas convivem com os problemas da necessidade de instalações físicas suficientes para o acervo e para prover serviços aos usuários. Com a automação, os bibliotecários tiveram de repensar as instalações e o espaço necessário e, com o advento das redes de informação e da biblioteca digital, também há que se repensar o espaço e a organização, questão esta que deve ser bem planejada. O prédio deve funcionar em um ambiente que permita rápida mudança, com tecnologia que facilite o acesso à informação, e o espaço, tradicionalmente ocupado pelo catálogo em ficha ou por algumas coleções já disponíveis em CDs ou via Internet, será ocupado por computadores e pontos de acesso para *notebooks*. (CUNHA, 2000).

O espaço físico necessário está mudando a cada dia; os projetos de imensas bibliotecas começam a dar lugar a novas arquiteturas, pois a tecnologia da informação separa o leitor e a biblioteca e o acesso pode se dar em qualquer lugar; daí a necessidade de se repensar os padrões. Os parâmetros de qualidade devem considerar esta transição, bem como o acompanhamento e a proposição de padrões flexíveis, que incorporem e estimulem as mudanças, e que não amarrem as bibliotecas a padrões rígidos, antiquados, desarticulados com a realidade e com o processo de incorporação de tecnologias de informação, tais como: periódicos eletrônicos, comutação bibliográfica *online*, empréstimo, reserva *online*, referência *online*, acesso a base de dados, *e-books*, acervo virtual etc. Também a relação biblioteca/usuário traz uma nova dinâmica, no que diz respeito ao controle do uso, destacando-se a estatística de acesso às fontes eletrônicas, além de dados de transações eletrônicas, empréstimos, reservas, serviços de referência como relevantes para a tomada de decisão e planejamento.

Na questão da organização do acervo, a preocupação centra-se na catalogação. Em alguns instrumentos, solicita-se a verificação da qualidade da catalogação. Acredita-se que seja impossível para qualquer membro de comissão que não tenha formação em biblioteconomia atestar a qualidade, ou não, na descrição dos registros, se o nível de catalogação é AACR1 ou AACR2, e o que representa cada uma destas descrições. Existe também uma preocupação muito grande com a existência de reprografia na biblioteca, que parece contraditória, quando há legislação que protege os direitos autorais e desestimula a cópia.

Considerações finais

Os padrões estabelecidos pelas comissões de especialistas do MEC causam impacto nas práticas do bibliotecário, nas atividades de gestão de acervos, produtos, serviços e, principalmente, no desenvolvimento de coleções, pois apresentam indicadores diferentes para cada curso, e com exigências variadas. Desta maneira, os padrões apresentam os valores de uma determinada comunidade científica (comissões de especialistas), que descrevem, mediante estes instrumentos, as preferências, expectativas e interesses, sem uma metodologia coerente para avaliação. Disto resultam instrumentos heterogêneos, inadequados e incoerentes que levam as bibliotecas das IES a criarem políticas e diretrizes de desenvolvimento irrealistas, com o intuito de somente cumprir as exigências e critérios alheios à sua realidade. Confirmando o exposto por NUBISCO (2002), "*...o MEC não dispõe de uma base teórica e de uma metodologia específica para avaliar as bibliotecas universitárias*".

A biblioteca é apenas uma exigência legal nas IES, posto que a mesma é avaliada enquanto infra-estrutura para os cursos, sem a vinculação com a proposta pedagógica dos mesmos. Daí emergem indicadores inócuos e sem um referencial teórico consistente da área e que, por sua vez, não demonstram e nem promovem a qualidade, mas, por questões legais, devem ser atendidos, independentemente da incoerência e inconsistência metodológica e de sua real eficácia. Necessário se faz, por parte do MEC, uma compreensão no sentido de reconhecer a importância da participação dos bibliotecários de diferentes tipologias de IES na elaboração de padrões no desenrolar do processo, como especialistas da área que são. Enfatiza-se esta questão por tratar-se de um ponto nodal, decisivo para autorização do funcionamento dos cursos, para os quais esses profissionais podem contribuir, indo além da visão simplista, ora preconizada pelos padrões elaborados pelas comissões de especialistas do MEC, acarretando graves prejuízos para as instituições submetidas à avaliação.

Outra constatação observado é a existência de um único padrão para autorização, reconhecimento e credenciamento de curso, e as situações de avaliação são diferentes, o que, por sua vez, requerem instrumentos distintos. Parece grave e insuficiente ter um único instrumento para avaliar as diferentes IES e suas respectivas bibliotecas, ou seja, o instrumento é o mesmo para universidades, faculdades isoladas, centros universitários e os demais tipos de IES, mesmo que a missão e a definição legal seja diversa. Desta maneira, homogeneiza o que é diverso e desqualifica e desconsidera as singularidades.

Há a necessidade urgente da elaboração de indicadores pertinentes para cada tipo de IES brasileira, atrelada a um plano de desenvolvimento que contemple a política

de desenvolvimento de coleção estabelecida e aprovada pela IES. Estes recursos podem ser mais eficientes no sentido de haver um comprometimento por parte das IES com investimentos contínuos e claramente definidos facilitando para os avaliados e avaliadores o acompanhamento do processo de desenvolvimento da biblioteca e a qualidade da mesma. Reforça ainda, que o plano de desenvolvimento da biblioteca deve estar vinculado à política de desenvolvimento de coleção e os indicadores de qualidade coerentes e consistentes, de forma a tornar possível e visível a qualidade da biblioteca como uma unidade dentro da IES que participa do processo ensino aprendizagem dos cursos.

The library of the institutions of higher education in Brazil and standards of the Ministry of Education: preliminar analysis

The objective of this work to promote reflections and raise questions about the standards of quality established by the commissions of specialists of the Ministry of Education and its implications for the libraries of the institutions of higher education. A total of 47 standards of quality were analyzed. The results showed heterogeneity among the instruments of evaluation. Moreover, the results will allow the identification of misconceptions and demands that cause impacts in the management and services rendered.

Key-words: Library; Standards of quality; Institutions of higher education; Evaluation.

220

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMA TÉCNICA. *NBR 6021*: apresentação de periódicos. Rio de Janeiro, 1994.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. *Standards for University Libraries: evaluation of performance*. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/guides/univer.html>>. Acesso em: 6 ago. 2002.
- BARBALHO, C.R.S. *Qualidade & unidade de informação: uma busca de melhoria*. 1995. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- BELUZZO, R. C. B.; MACEDO, N. D. A gestão da qualidade em serviços de informação: contribuição para uma base teórica. *Ciência da informação*, v. 22, n. 2, p.124-132, maio/ago. 1993.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Padrões de Qualidade para avaliação do curso de graduação* Brasília: 2000. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/Sesu/cursos/default.shtm#padroes>.>. Acesso em: 18 dez. 2000.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 3860 de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Seção 1.
- CAGNOLI, R. *Evaluation de la biblioteca universitaria: aspectos básicos a considerar en el proceso de examinar la eficiencia de la biblioteca*. Disponível em: <<http://www.amicus.udesa.edu.ar/evaluacion.html>>. Acesso em: 17 ago. 2002.
- CARVALHO, M. C. R. de. *Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias*. Fortaleza: UFC, 1981. 72p.
- CAVALCANTE, J. F. *Educação superior; conceitos, definições e classificações*. Brasília: INEP, 2000.
- CUNHA, M. B. da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. *Ci. Inf.*, v. 9, n.1, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-1965200000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2001.
- EDITORA digital lança pacote de cursos na web. *WebWord*, São Paulo, 11 abr. 2001. Disponível em: <<http://idgnow.terra.com.br/webworld/webworld.html>>. Acesso em : 11 abr. 2001.
- FIGUEIREDO, N. M. *Paradigmas modernos da Ciência da Informação*. São Paulo: Pólis/APB, 1999. Cap.2.
- INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION. *Information and documentation: library performance indicators*. Geneva: ISO, 1998.

LOCK, M. Diálogo comprometido. *Ensino Superior*, v. 4, n. 38, p. 24-29, nov. 2001.

LOU, M. E-text finds its way on campus: course materias being offered online. *Detroit Free Press*, Detroit, 5 dec. 2001. Tech. Disponível em: <www.freep.com/money/tech/text5_20011205.htm>. Acesso em: 28 dez. 2001.

LUCARELLI, E. Innovaciones en el contexto de la relacion universidad-sociedad. In: --. *Universidade e Integração no Cone Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p.127-135 *apud* RODRIGUES, F. de P. M. Calma, que o "provão" é manso! *Avaliação: Rede de Avaliação Institucional*, v. 5, n. 2, p. 47-60, jun. 2000.

MIRANDA, A. *Planejamento bibliotecário no Brasil: a informação para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

MONFASANI, R. Bibliotecas universitárias: es posible evaluar la calidad de los servicios? In: SIMPOSIO ELECTRÓNICO EVALUACION Y CALIDA EN BIBLIOTECAS, 1., Buenos Aires, SAI, 2002. *Ponecias oficiales...* Buenos Aires: SAI, 2002. Disponível em: <www.sai.ar>. Acesso em: 23 ago. 2002.

NUBISCO, N. M. L. A avaliação em bibliotecas universitárias: discurso e prática. In: SIMPOSIO ELECTRÓNICO EVALUACION Y CALIDA EN BIBLIOTECAS, 1., Buenos Aires, SAI, 2002. *Ponecias oficiales...* Buenos Aires: SAI, 2002. Disponível em: <www.sai.ar>. Acesso em: 12 ago. 2002.

ORTEGA, C.; FÁVERO, O.; GARCIA, W. Análise dos periódicos brasileiros de educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n.163, p.161-168, set./dez. 1998.

RAMOS, M. E. M. Por uma política de qualidade nos serviços de informação em bibliotecas universitárias paranaenses. In: RAMOS, M. E. M. (Org.). *Tecnologia e novas formas de gestão em bibliotecas universitárias*. Ponta Grossa: UEPG, 1999. Cap. 1, p.9-43.

_____. Padrões como instrumento de avaliação e qualidade em bibliotecas universitárias: em busca de indicadores de desempenho. In: RAMOS, M. E. M. (Org.). *Tecnologia e novas formas de gestão em bibliotecas universitárias*. Ponta Grossa: UEPG, 1999. Cap. 2, p.45-55.

RODRIGUES, F. de P. M. Calma, que o "provão" é manso! *Avaliação: Rede de Avaliação Institucional*, v. 5,n. 2, p. 47-60, jun. 2000.

SOUSA, C. P. de . Dimensões da avaliação educacional. *Estudos em avaliação educacional*, n. 22, p.101-118, jul./dez. 2000.

